

Demonstrações Financeiras

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Prezados Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Durante o exercício de 2023, a Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (Companhia) concentrou seus esforços na reestruturação da dívida que detém com os credores das Cédulas de Crédito Imobiliário.

Para o exercício de 2023, a Diretoria aguardou os desdobramentos dos contratos de alienação fiduciária, que foram concluídos em 02 de junho de 2024. Nesta data, foi emitido o termo de quitação fiduciária, tendo em vista a conclusão do processo de excussão da Alienação Fiduciária, o que resultou na extinção das obrigações garantidas e, conseqüentemente, na extinção da própria alienação fiduciária.

Relacionamento com os auditores independentes

Informamos que os auditores independentes ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, outros serviços que não os relacionados com a auditoria independente de nossas demonstrações financeiras. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras para fins do disposto na Resolução 80/22, revisamos, discutimos e concordamos que as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao exercício findo apresentado.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa -método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 29 de maio de 2024, com modificação por abstenção de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

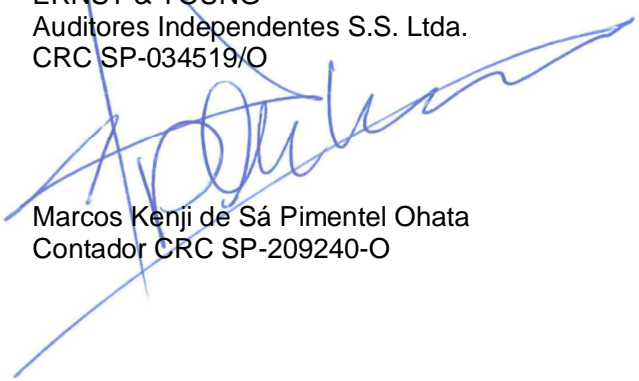
de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de dezembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O



Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador CRC SP-209240-O

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.380	1.798
Contas a receber	5	2.449	3.728
Outras contas a receber		377	72
Tributos a recuperar	7	1.076	937
Total do ativo circulante		8.282	6.535
Não circulante			
Partes relacionadas	6	66	66
Propriedades para investimentos	8	86.354	87.645
Total do ativo não circulante		86.420	87.711
Total do Ativo		94.702	94.246
Circulante			
Fornecedores		34	27
Obrigações tributárias		66	52
Cédula de crédito imobiliário	9	143.828	131.523
Outras contas a pagar		90	157
Ações preferenciais resgatáveis	6 e 10	112.064	89.706
Partes relacionadas	6	570	570
Total do passivo circulante		256.652	222.035
Patrimônio líquido (Negativo)	11		
Capital social		43.848	43.848
Prejuízos acumulados		(205.798)	(171.637)
Total do patrimônio líquido (negativo)		(161.950)	(127.789)
Total do Passivo		94.702	94.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	12	8.122	8.640
Custo dos serviços prestados	13	(968)	(968)
Lucro Bruto		7.154	7.672
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	-	(394)
Despesas gerais e administrativas	13	(6.669)	(3.837)
Provisão para redução ao valor recuperável	13	-	(30.455)
Resultado operacional		485	(27.014)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	132	205
Despesas financeiras	14	(34.777)	(45.667)
		(34.645)	(45.462)
Prejuízo do exercício		(34.160)	(72.476)
Média ponderada das ações		43.848.006	43.848.006
Prejuízos básico e diluído por ação - R\$		(0,7791)	(1,6529)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais – R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(34.160)	(72.476)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(34.160)</u>	<u>(72.476)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	43.848	(99.160)	(55.312)
Prejuízo do exercício		-	(72.477)	(72.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	43.848	(171.637)	(127.789)
Prejuízo do exercício		-	(34.160)	(34.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11	43.848	(205.797)	(161.949)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(34.160)	(72.476)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações (líquido de PIS e COFINS – Nota 13)	13	968	968
Juros sobre cédula de crédito imobiliário ("CCI")	9	12.305	26.908
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	14	22.358	17.753
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	1.784	385
Provisão para redução ao valor realizável da propriedade para investimento	13	-	30.455
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	5	(505)	(693)
Tributos a recuperar	7	(139)	48
Despesas antecipadas		(305)	-
Fornecedores		7	(2)
Obrigações tributárias		336	315
Outras contas a pagar	10	(67)	(1.691)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>2.582</u>	<u>1.970</u>
Fluxo de caixa das atividades investimentos			
Partes relacionadas	6	-	530
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>530</u>
Fluxo de caixa das atividades financiamentos			
Partes relacionadas	6	-	(816)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(816)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.582</u>	<u>1.684</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.798	114
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	4.380	1.798
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.582</u>	<u>1.684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

a. Objeto social

A Companhia foi constituída em 4 de julho de 2014 sob a denominação de Real Estate XXI Investimentos Imobiliários e Participações S.A. Em 30 de abril de 2015, a denominação foi alterada para Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.. A Companhia com sede em São Paulo - SP., tem como objeto social a participação em outras sociedades, a realização de investimentos no setor imobiliário e a Diretoria de bens próprios. Os fundos Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações e BRE/Alpha Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações Investimento no Exterior ("FIPs") são seus acionistas, detendo 50% das ações cada um.

A operação da Companhia consiste na locação e gestão de um edifício de escritórios corporativos, de sua propriedade, situado na Rua João Cabral M. Neto, nº 400, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

b. Plano de reestruturação financeira e aumento de liquidez da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo de R\$ 248.370 e R\$ 161.950, respectivamente (215.500 e R\$ R\$ 127.789 em 31 de dezembro 2022), representado substancialmente pelas obrigações de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCI") junto a instituições financeiras (vide nota explicativa nº 9) e sobre o impacto das ações preferenciais que foram registradas como instrumentos financeiros (vide nota explicativa nº 17). Além disso, a Companhia gerou prejuízos de R\$ 34.160 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 72.476 em 31 de dezembro de 2022).

A taxa de vacância (escritórios A/A+) no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2023 e 2022, foram respectivamente, em torno de 31,9% e 29,4%, sendo que no caso da Companhia, a taxa em 2023 foi de 38,4% e em 2022 foi de 27,2%.

Contudo, embora os patamares de vacância tenham aumentado durante o referido período, ainda são considerados extremamente elevados, de forma que seguiram repercutindo numa contínua pressão por diminuição nos preços de aluguel praticados no mercado do Rio de Janeiro.

Em 5 de maio de 2023 devido à inadimplência das obrigações de Cédulas de Crédito Imobiliário da operação de CRI da 246ª. Série da 2ª emissão, no montante de R\$ 131.523 (atualizados até 31 de julho de 2023), a Companhia foi notificada do vencimento antecipado da dívida pela Virgo II Companhia de Securitização ("Virgo"), sendo solicitado o pagamento total da dívida à título de principal e juros que na data totalizava o referido montante, sob pena da adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a excussão das garantias da operação, independentemente de novo aviso ou notificação.

Após longo processo e diversas tentativas de negociação da dívida e considerando o não pagamento da dívida, foi iniciado o processo de excussão da alienação fiduciária dos imóveis dados em garantia.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional--Continuação

b. Plano de reestruturação financeira e aumento de liquidez da Companhia--Continuação

Nesse contexto, o processo extrajudicial de execução da garantia seguirá o previsto no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e no Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças, de forma que os imóveis irão a leilão em primeira ou, se necessário, segunda praça pelo valor equivalente à dívida. Se, no segundo leilão não houver lance que atenda ao referencial mínimo para arrematação, a dívida deverá ser considerada extinta, com recíproca quitação, nos termos do contrato de Alienação Fiduciária e do art. 27 §5º, da Lei nº 9.514/97. O processo de excussão da garantia sobre os imóveis abrange (i) a averbação, nas matrículas dos imóveis, da intimação da Companhia para pagamento da dívida; e (ii) o registro da consolidação da propriedade em nome da Virgo; e a (iii) realização dos leilões dos imóveis. As medidas (i) e (ii) já foram concluídas e a Companhia aguarda a conclusão dos leilões.

A Diretoria também avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade as suas operações durante os próximos doze meses, dado que em 02 de junho de 2024, houve o processo de quitação da dívida por meio da alienação dos imóveis, mesmo aguardando a quitação da dívida após realização dos leilões. Isto leva em consideração a gestão efetiva sobre o saldo do caixa apresentado em 31 de dezembro de 2023, que permite a manutenção das suas operações durante o referido prazo. Após o processo de quitação da dívida, ocorrido em 02 de junho de 2024, a Companhia seguirá gerenciando e coletando os créditos de aluguéis do período que o imóvel era de propriedade da Companhia.

Desta forma essas demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração o pressuposto de continuidade operacional. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e as propriedades para investimentos que são avaliadas pelo valor recuperável no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 02 de dezembro de 2024.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--

Continuação

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil das propriedades para investimento e de sua recuperabilidade nas operações e a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e propriedades para investimento.

Os valores justos são baseados nos valores de mercado e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado do exercício

A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos bens ao cliente. As despesas são apresentadas seguindo o regime da competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Ativos circulante e não circulante

São registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

d) Propriedades para investimento

São registradas pelo método de custo com base no valor de aquisição, formação ou construção, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa que leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria e aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício. A recuperação das propriedades para investimento por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente.

e) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

f) Avaliação do valor recuperável de ativos

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar “impairment” ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

g) Passivos financeiros

A Companhia classifica todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por:

- a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.
- b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para reconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.
- c) Contratos de garantia financeira.
- d) Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado.
- e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual se aplica o CPC 15. Essa contraprestação contingente deve ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

h) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Diretoria, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

i) Cessão de crédito imobiliário

As operações de cessão de recebíveis imobiliários são contabilizadas e divulgadas de acordo com sua essência e realidade econômica. Dessa forma, a decisão sobre a baixa das contas a receber, ou ao preparar as divulgações necessárias, a Companhia considera:

- (i) Se o controle financeiro de Diretoria e gestão sobre os recebíveis cedidos remanesce com a Companhia - como evidências desse controle podem ser citados, entre outros, a custódia física do título, as gestões de cobrança com autonomia para estabelecer prazos ou condições de pagamento e o recebimento/trânsito dos recursos desses recebíveis na conta corrente ou na conta de cobrança da entidade.
- (ii) Se a Companhia retém, de forma substancial, os direitos em relação aos recebíveis cedidos (juros, mora e/ou multas, parcela do próprio fluxo de caixa).
- (iii) Se a Companhia retém, de forma substancial, os riscos e as responsabilidades sobre os créditos cedidos - por exemplo, obrigação contratual de recompra de créditos vencidos e não pagos ou, até mesmo, recompra espontânea de créditos com frequência que caracterize habitualidade.
- (iv) Se a entidade cria obrigação contratual ou não formalizada, fornecendo garantias aos investidores em relação aos recebimentos e/ou rendimentos esperados, mesmo que informalmente.

O atendimento a uma dessas condições anteriores implica a manutenção dos créditos como ativos e acarreta reconhecimento, como passivo, dos valores recebidos pela cessão dos créditos.

A Companhia em sua operação de cessão de crédito de recebíveis, ao ceder seu fluxo de caixa futuro, decorrente de contratos de aluguel mantidos com os locatários, registrada o valor recebido em conta de passivo controlando o diferimento correspondente a apropriação da receita conforme o fluxo de recebimentos.

j) Ações preferenciais resgatáveis

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A Companhia possui as Ações Preferenciais Resgatáveis de Classe A que são classificadas como passivos financeiros em virtude das características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatário das ações a critério de seus titulares. As ações resgatáveis são mensuradas utilizando o método da taxa de juros efetivos.

k) Demonstração do fluxo de caixa (“DFC”)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) através do método indireto. A Companhia adota a política de classificar os juros pagos como atividade de financiamento.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

3. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

l) Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social, são calculados nas alíquotas de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (CSLL) e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CS limitada a 30% do lucro real, do exercício.

m) Pronunciamentos novos e revisados

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras	4.380	1.798
	<u>4.380</u>	<u>1.798</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as operações compromissadas possuem liquidez imediata e as operações compromissadas são efetuadas com vencimento em D+1 com taxas que variam entre 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

São representados por:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber alugueis	3.765	2.339
Linearização de clientes	1.341	2.262
Provisão para risco de perda	<u>(2.657)</u>	<u>(873)</u>
Circulante	<u>2.449</u>	<u>3.728</u>

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está assim representada:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	(873)	(488)
Constituição	<u>(1.784)</u>	<u>(385)</u>
Saldo final	<u>(2.657)</u>	<u>(873)</u>

Os contratos vigentes de arrendamentos mercantis são atualizados anualmente pela variação da inflação, sendo que não existem cláusulas de recebimentos contingentes, pois as cláusulas não foram pactuadas considerando variáveis de vendas, índices futuros ou correlatos. A Diretoria constitui, quando necessário, provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização do contas a receber. As premissas para determinação da provisão pela Companhia levam em consideração fatores históricos de perdas e análises individuais dos saldos vencidos.

6. Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas integrantes do Grupo Pátria, seus controladores, diretores, administradores e familiares.

<u>Ativo</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mútuo a receber - Américas	66	66
	<u>66</u>	<u>66</u>
<u>Passivo</u>		
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ações preferenciais resgatáveis - FI Pátria	112.064	89.706
Mútuo a pagar - Américas	<u>570</u>	<u>570</u>
	<u>112.634</u>	<u>90.276</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve remuneração para a Diretoria.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

7. Tributos a recuperar

São representados pelos valores a seguir relacionados:

	2023	2022
PIS a recuperar	106	90
COFINS a recuperar	532	446
IRRF a recuperar	362	310
CSSL a recuperar	72	63
IRPJ a recuperar	3	21
Outros impostos a recuperar	1	7
	1.076	937

8. Propriedade para investimento

Descrição	Custo	Depreciação	Saldo líquido em 2023	Saldo líquido em 2022
Terreno	72.818	-	72.818	72.818
Edificações	29.508	(15.971)	13.536	14.827
	102.326	(15.971)	86.354	87.645

Movimentação

Descrição	Taxa % a.a.	Saldo líquido em 2021	Depreciações	Impairment	Saldo líquido em 2022	Depreciações	Saldo líquido em 2023
Terreno	-	72.818	-	-	72.818	-	72.818
Edificações	1,50%	46.572	(1.290)	(30.455)	14.827	(1.290)	13.536
Total		119.390	(1.290)	(30.455)	87.645	(1.290)	86.354

Refere-se a imóvel situado na Rua João Cabral M. Neto, nº 400, município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Diretoria da Companhia avalia que o valor justo do imóvel em 2022 é de R\$92.305 (R\$ 119.390 em 2021). Esse valor foi calculado utilizando-se uma taxa de capitalização ("cap rate") de 8,5% ao ano, uma taxa de desconto de 10% ao ano e um período de desconto igual ao prazo remanescente dos contratos de locação.

A propriedade para investimento foi dada em garantia conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis das Locações e de Seguros firmado com a Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, referente à operação de securitização de créditos imobiliários. Conforme mencionado na nota 1.b, em 05 de maio de 2023, a Companhia foi notificada pela Virgo II Companhia de Securitização pelo não pagamento das parcelas vencidas da operação de CRI da 246ª. Série da 2ª, desta forma, a Companhia seguirá as medidas previstas nos contratos para que sejam concluídas as negociações no sentido de haver a quitação recíproca da dívida pela dação dos imóveis, maiores detalhes vide a nota explicativa nº 9.

9. Cédula de crédito imobiliário

	2023	2022
Circulante	143.828	131.523
	143.828	131.523

Descrição	Saldo em 2021	Juros apropriados	Saldo em 2022	Juros apropriados	Saldo em 2023
CCB	104.615	26.907	131.523	12.305	143.828
Total	104.615	26.907	131.523	12.305	143.828

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

9. Cédula de crédito imobiliário--Continuação

Cronograma de vencimento das Cédulas de Crédito Imobiliário:

Vencimentos	2023	2022
2023	133.042	120.737
2024	4.946	4.946
2025	5.840	5.840
	143.828	131.523

A Diretoria efetuou operação de securitização de créditos imobiliários no montante de R\$112.000. O pagamento será realizado no prazo de 180 meses, com taxas de juros assim estruturada a partir de junho de 2018: a) junho de 2018 até janeiro de 2020 (inclusive), TR + 7,5% ao ano; b) fevereiro de 2020 até janeiro de 2023 (inclusive), TR + 8,7% ao ano; c) fevereiro 2023 até dezembro 2034, TR + 10,3% ao ano. Foi concedido um prazo de carência de pagamento do principal por 36 meses, o pagamento estava previsto para início em junho de 2021, porém, devido aos reflexos da pandemia e vacância existente no imóvel, neste período a Companhia não conseguiu realizar pagamentos.

A Diretoria segue realizando esforços para diminuição da vacância e redução dos custos operacionais. O total de despesas com juros e atualização monetária no exercício de 2022 foi de R\$26.908 (R\$7.770 em 2021), conforme nota explicativa nº 14. O contrato desta operação não possui "covenants" financeiros e não financeiros. Como garantia aos credores foram dadas a alienação fiduciária dos imóveis conforme matrículas N.ºs. 351.135 s 351.158 do 9º RI do Rio de Janeiro/RJ. Conforme destacado na (nota nº 1), em 05 de maio de 2023, a Companhia foi notificada pela Virgo II Companhia de Securitização pelo não pagamento das parcelas vencidas da operação de CRI da 246ª. Série da 2ª emissão totalizando o montante de R\$ 131.523 atualizados até 31 de julho de 2023, desta forma, a Companhia seguirá as medidas previstas nos contratos para que sejam concluídas as negociações no sentido de haver a quitação recíproca da dívida pela dação dos imóveis. Dado este fato, a Companhia reclassificou a dívida para o Curto Prazo. Assim, a Companhia aguarda os próximos passos para a excussão do imóvel que deverá seguir os seguintes fatos: (i) a atualização do registro do imóvel no 7º cartório de registro de imóveis com a intimação para pagamento imediato da dívida; (ii) registro da averbação da escritura em nome da Virgo com o pagamento do Imposto sobre transmissão de bens imóveis; e (iii) realização do Leilão do imóvel.

10. Ações preferenciais resgatáveis

	2023	2022
Ações preferenciais resgatáveis	34.747	34.747
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	77.317	54.959
	112.064	89.706

	Saldo em 2022	Atualização Juros	Saldo em 2023
Ações preferenciais resgatáveis	34.747	-	34.747
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	54.959	22.358	77.317
	89.706	22.358	112.064

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

10. Ações preferenciais resgatáveis--Continuação

Em 2019 e em 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital da Companhia de R\$1,00 (um real) mediante a emissão de ação preferencial sem direito a voto, nominativa e sem valor nominal com prioridade no recebimento de dividendos fixos, da mesma classe daquela prevista no Artigo 5º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia ao preço de emissão de respectivamente de R\$2.297 e de R\$3.288.

As ações preferenciais emitidas foram subscritas pelo acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento e Participações, administrada pela Pátria Investimentos Ltda., já o acionista BRE/Alpha Multiestratégia - Fundo de Investimentos em Participações Investimentos do Exterior, administrada pela BRL Trust Investimentos Ltda., renuncia ao seu direito de preferência no aumento desse aporte de capital da Companhia.

Não há data prevista de resgate das ações, porém: (i) podem ser resgatadas a qualquer tempo a exclusivo critério de seu portador; (ii) automática após o pagamento da totalidade dos dividendos fixos. Em 31 de dezembro o acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia – Fundo de Investimento em Participações, detém 5 (cinco) ações Preferenciais Resgatáveis.

Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total integralizado acumulado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 34.747 (R\$ 34.747 em 31 de dezembro de 2022) foi registrado como passivo circulante e atualizado a taxa de 25% ao ano, conforme estipulada em ATA da AGE, totalizando R\$ 112.064 no exercício corrente (R\$ 89.706 em 31 de dezembro de 2022).

Conforme, mencionado na nota de eventos subsequentes, o montante foi convertido em capital social em ações ordinárias.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$43.848 representado por 43.848.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 05 ações preferencias, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1.976, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos distribuídos

O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada período social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1.976, 1% será distribuído como dividendos mínimos obrigatórios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve distribuição de dividendos, tampouco constituição de reserva legal, visto que a Companhia apurou prejuízo no encerramento dos exercícios.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

12. Receita líquida

Refere-se à locação de um edifício de sua propriedade. A realização é feita no prazo de vigência dos contratos de locação. As receitas são apresentadas da seguinte maneira:

	2023	2022
Receita de aluguéis	8.950	9.606
(-) Impostos sobre a receita	(829)	(885)
(-) Descontos concedidos	-	(41)
(-) Descontos incondicionais	-	(41)
	8.122	8.640

13. Custos e despesas operacionais

	2023	2022
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) (i)	-	(30.455)
Provisão para perdas de créditos esperados	(1.784)	(385)
Depreciações	(1.290)	(1.290)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	322	322
Despesas com pessoal	-	(394)
Ocupações e utilidades	(1.987)	(1.712)
Serviços prestados por terceiros	(1.804)	(1.298)
Publicidade	-	(15)
Impostos e taxas	(687)	(601)
Outras receitas e despesas	(407)	174
	(7.637)	(35.654)
Custo dos serviços prestados	(968)	(968)
Despesas com pessoal	-	(394)
Despesas gerais e administrativas	(6.669)	(3.837)
Provisão para desvalorização de ativos	-	(30.455)
	(7.637)	(35.654)

(i) Refere-se ao valor da provisão para redução ao valor recuperável "impairment", da propriedade para investimento, conforme nota explicativa nº 8.

14. Resultado financeiro

	2023	2022
<u>Receitas financeiras</u>		
Variação monetária	48	44
Impostos sobre receitas financeiras	(6)	(10)
Juros recebidos	16	135
Outras receitas	74	36
	132	205
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(106)	(79)
Juros sobre empréstimo e financiamento ("CCI")	(12.305)	(26.907)
Juros sobre as ações preferenciais resgatáveis	(22.358)	(17.753)
Outras despesas	(8)	(928)
	(34.777)	(45.667)
	(34.645)	(45.462)

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adotou o regime de lucro real nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Nos exercícios de 2023 e 2022, não se apurou imposto a pagar em razão do prejuízo apresentado. Como a Companhia apresenta prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nas datas dos balanços, a decisão da Diretoria quanto ao não reconhecimento do ativo fiscal diferido está baseada na ausência de expectativa de geração de lucro tributável futuro.

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

16. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 de acordo com os assessores jurídicos, a Companhia é parte (polo passivo ou ativo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo.

17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa
São classificados como ativos financeiros pelo custo amortizado.
- Contas a receber de clientes e outros créditos
Decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores
Decorrem diretamente das operações da Sociedade e de suas controladas e são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos
As operações são classificadas como passivos financeiros pelo custo amortizado e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes a seus valores contábeis.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2022:

<u>Ativo</u>	<u>Classificação</u>	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixas e equivalentes de caixa	Custo amortizado	4	4.380	1.798
Contas a receber	Custo amortizado	5	2.449	3.728
Outras contas a receber	Custo amortizado	-	377	72
Partes relacionadas	Custo amortizado	6	66	66
<u>Passivo</u>	<u>Classificação</u>	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	Custo amortizado	-	34	27
Partes relacionadas	Custo amortizado	6	570	570
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	90	157
Cédulas de créditos imobiliários	Custo amortizado	9	143.828	131.523
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	10	112.064	89.706

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos na nota explicativa a seguir.

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia envolvem riscos inerentes ao setor imobiliário, de oscilações de valor dos imóveis, risco de liquidez, bem como risco de crédito nas suas operações, que são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

I) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços no mercado imobiliário - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

II) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os saldos de contas a receber de clientes são apresentados nas demonstrações financeiras líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, estimada pela Companhia com base em análise individual, considerando o ambiente econômico atual.

A Companhia adotou a política de somente negociar com contrapartes confiáveis e de obter garantia adequada, quando apropriado, como meio de reduzir o risco de prejuízo financeiro devido à inadimplência. A Companhia utiliza outras informações financeiras disponíveis ao público e seus registros para a classificação de crédito de seus principais clientes e fornecedores. A exposição da Companhia e o crédito de suas contrapartes são continuamente monitorados, e o valor global das transações concluídas é distribuído entre as contrapartes aprovadas.

III) Risco de Liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua Diretoria, e mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

18. Eventos subsequentes

Conversão de ações preferenciais

Em 18 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e a sua implementação pelos administradores da Companhia, com a consequente alteração dos Capítulos II e IV do Estatuto Social da Companhia. Nessa liquidação foram convertidas as ações preferenciais resgatáveis, mencionadas na nota explicativa nº 10 e integralmente aportadas no Capital Social da Companhia.

Excussão de garantia de alienação fiduciária

Em 02 de junho de 2024, a Virgo II Companhia de Securitização inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.105.040/0001-23, emitiu o termo de quitação fiduciária em garantia, tendo em vista a conclusão do processo de excussão da Alienação Fiduciária, considerando extintas as Obrigações Garantidas, ficando extinta a Alienação Fiduciária em razão do processo de excussão da Alienação Fiduciária. Consequentemente, nesta data, a propriedade para investimento apresentado na Nota explicativa 8, foi integralmente baixada, a titularidade e a posse foram transferidas a favor dos credores da Cédula de crédito imobiliário apresentado na Nota Explicativa 9, não restando obrigações adicionais, ou complementares para a Companhia.